

IDENTIDADES: RELAÇÃO ENTRE AS MASCULINIDADES, GÊNERO E VIOLÊNCIA

Identities: Relationship between the masculinities, gender and violence

Carla Simone SILVA – UEPG¹

RESUMO: Este artigo é um fragmento de um estudo mais amplo que buscou fazer a análise das práticas discursivas de homens apenados pela Lei Maria da Penha, em razão da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, encaminhados para um grupo reflexivo, de acordo com o previsto nos artigos 35 e 45 da mesma Lei. Os principais resultados, que são destacados neste texto, apontaram para a importância do trabalho dos grupos reflexivos de homens para o enfrentamento da violência contra a mulher como uma forma efetiva de desconstrução de masculinidades muito relacionadas à violência e a um modelo de ideal hegemônico, heteronormativo e patriarcal, apresentando-se outras possibilidades de masculinidades e formas de solução de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo Reflexivo; Identidades; Lei Maria da Penha; Masculinidades; Violência doméstica e familiar contra a Mulher.

ABSTRACT: ABSTRACT: This article is a fragment of a broader study that analyzed the discursive practices of men who were punished by the “Maria da Penha” Law, as a result of practicing domestic and familiar violence against women, after sent to a support group as a part of their sentence, as provided in numbers 35 and 45 of the same legal text. The main results, which are highlighted in this text, pointed to the importance of the work of support groups for men to confront the violence against women as an effective way of deconstructing masculinities closely related to violence and also to a model of hegemonic, heteronormative and patriarchal ideal, presenting other possibilities of masculinities and forms of conflict resolution.

KEYWORDS: Support group; Identities; Maria da Penha Law; Masculinities; Domestic and familiar violence against Woman.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Este artigo é um recorte de minha pesquisa desenvolvida no mestrado, por meio da qual busquei contribuir para o debate e visibilidade do tema das masculinidades e da violência doméstica e familiar, considerando que, apesar de existirem muitos estudos acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher, comparativamente, ainda são

¹ Mestra em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Este artigo é parte de minha dissertação de Mestrado intitulada “Masculinidades possíveis em um grupo de homens apenados pela Lei Maria da Penha”, defendida em 2016, no Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, sob a orientação da Professora Dr^a Ione da Silva Jovino.

reduzidos os que buscam analisá-la por meio dos discursos produzidos pelos autores desse tipo de violência. Esse fato se confirma pelo número reduzido de trabalhos levantados quando da revisão de literatura, comparativamente às outras abordagens do tema.

Nesse sentido, procurei trazer a fala desses homens que praticaram a violência doméstica e familiar contra a mulher e que foram condenados pela Justiça a participar de grupos de educação e de reabilitação, assim denominados pela Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

O grupo foi realizado no segundo semestre de 2013, em dezesseis encontros, com periodicidade semanal, na cidade de Ponta Grossa- Paraná, em razão de convênio realizado à época entre a 4ª Vara Criminal e o projeto SERmais – Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização do Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizado dentro de um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - NEVICOM – Núcleo de Estudos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, iniciado no ano de 2010.

O projeto SERmais foi financiado com recursos do Programa Universidade Sem Fronteiras e teve seu último grupo ativo, vinculado ao NEVICOM, no ano de 2014. No ano seguinte, o projeto manteve a parceria com o Poder Judiciário, contudo, foi direcionado para uma organização socioassistencial.

Não levantei discussões teóricas acerca do formato do grupo, se é reflexivo, de ressocialização, responsabilizador, tampouco a utilização de suas metodologias em conformidade com sua proposta. Apesar de a nomenclatura prevista no artigo 35, V da Lei Maria da Penha ser a de centro de educação e de reabilitação, utilizei a expressão “grupo reflexivo” que se enquadra mais com a proposta do programa.

A pesquisa se baseou em metodologia de análise documental e o *corpus* consistiu em material escrito, resultante da gravação das falas dos participantes, que foi feita por uma psicóloga vinculada ao programa. Informações complementares foram extraídas dos autos dos processos criminais, por meio de consulta aos boletins de ocorrência, sentenças e outros documentos que cumpriram a finalidade de apurar o perfil dos participantes do grupo reflexivo.

Neste artigo, partiu-se do conceito de identidades relacionando a busca pelo padrão de masculinidade hegemônica, inatingível para a grande maioria de homens, como uma das causas desse tipo de violência. Somadas a isso, seguem as percepções que os homens apresentam sobre o processo de reflexão desenvolvido no grupo.

IDENTIDADES

A questão da violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser pensada a partir das questões de identidade, de masculinidade e de gênero, ou seja, esses temas se entrelaçam. Assim, aglutinei as categorias de identidade, masculinidades, gênero e violência, com o objetivo de responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Quais os significados atribuídos à(s) identidade(s) masculinidade(s) e sua(s) relação(ões) com a violência?”.

Para iniciar esse tópico sobre identidade, recorro a fala de um dos participantes do grupo, a qual emergiu durante o 7º encontro, em que foram abordados temas como relação com os filhos, violência na relação afetiva, primeira agressão e percepção sobre a agressão diante do aprendizado do curso. A metodologia nesse encontro foi a de discussão em grupo, orientada por questões feitas pelo facilitador e com a breve participação de um professor com formação em Educação para a Paz. A pergunta feita pelo facilitador foi: “E o que você vai mudar hoje, fazer diferente, para melhorar essa relação?”

eu acho que eu tinha que muda eu já mudei não vou muda mais nada, e acho que nem minha mulher me conheceu de um jeito não vai é do dia pra noite que ela vai conseguir mudar eu é a mesma coisa eu, eu não vou conseguir mudar os costumes dela do dia pra noite, então quem, quem que se fosse pra mim mudar alguma coisa o que eu tinha que muda eu já mudei.

É possível pensar, a partir da fala desse participante, algumas dificuldades que se apresentam sobre a questão da identidade - como algo difícil de ser mudado - arraigada aos costumes, como se houvesse uma margem de possibilidade de mudança para além da qual essa não é mais possível. Isso fica claro quando ele diz: “eu acho que eu tinha que muda eu já mudei não vou muda mais nada”.

O sentido da mudança também é apresentado como um fator interno e externo, ou seja, o participante problematiza que há um movimento de mudança que parte dele, mas que também pode acontecer a partir de um outro, nesse caso, a partir de sua companheira e que esse processo é recíproco, apesar de lento.

O jeito de ser e de se apresentar ao mundo, ou seja, da sua identidade, é um campo de batalha, e está em constante tensionamento quando a questão implica em mudança; como afirma Bauman (2005, p. 83), o conceito de identidade é muito

contestado, “sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade”.

Mas é a partir da possibilidade de mudança de identidades, ou das possibilidades de criação de outras, menos arraigadas à violência, que se busca pensar e fundamentar esta pesquisa e, para isso, o conceito de identidade é articulado a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, desde Silva (2007), Hall (2007) e Woodward (2007), como uma estrutura relacional que depende de algo exterior a ela para existir, a marcação da diferença. A identidade, assim, está em constante processo de construção, produção, instabilidade, fragmentação (SILVA, 2007).

Ainda que haja o debate acerca do conceito de identidade por teorias essencialistas e não-essencialistas, não apresento aqui uma reflexão a esse respeito por não estar vinculada aos objetivos dessa pesquisa.

Hall (2007) assevera que o conceito de identidade está “sob rasura”, o que significa dizer que não é possível pensar a partir dele sem que haja uma reconstrução, pois é “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2007, p. 104). Afirma que esse conceito não é fixo, estável, tampouco significa uma essência do “eu”, uma unificação, mas, sim, fragmentação, multiplicidade, movimento, construídas a partir de práticas discursivas que podem se opor ou não, enfim, “em processo de mudança e transformação” (2007, p. 108). A identidade é um lugar em que o sujeito se posiciona perante a representação construída a partir da falta, do lugar do Outro (HALL, 2007).

Em discussão acerca dos lugares sociais que homens e mulheres ocupam e questões de gênero, destaco duas falas dos participantes (12º. Encontro). A primeira elucida a vivência da queda das fronteiras identitárias, mas também alude à questão biológica determinante da diferença, nesse caso, apresentada como a força física, o choro, diferencial entre homem e mulher:

Vi numa reportagem que as muié que quiser tentar um curso ali de um teste e tinha 40 mulheres. (...) É um teste devagar e tal e elas são calmas, só que pras mulheres passarem elas tinham que carregar 50 quilos (...), só uma mulher conseguiu fechar o teste que eles fizeram mas a mulher chorou, diz que (...) carregar 50 quilos a gente é acostumado. E essas diferenças, hoje em dia, eu tava vendo uma outra reportagem que até esses dias eu tava comentando com a minha família (...) as muié podem levantar prédio e em São Paulo já tem doméstico, homem doméstico, diarista.

No caso da identidade de gênero, por exemplo, Silva (2007) diz que a tentativa de estabilização recorre à biologia para justificar o poder masculino e das identidades

nacionais ao recurso aos mitos fundadores, como a língua e os símbolos nacionais. Naquele caso, o movimento subversivo questionador dos binarismos identitários - masculino/feminino, heterossexual/homossexual - são representados pela teoria feminista e *queer*. Esses movimentos são bem representados metaforicamente, ou até literalmente, no caso das identidades nacionais, como diáspora, cruzamento de fronteiras, nomadismo, hibridização, miscigenação, sincretismo, travestismo, opondo-se às tentativas de fixação e essencialização das identidades e se configuram em importantes meios de questionamentos das tentativas de fixá-las (SILVA, 2007).

Uma tentativa de justificativa à fixação de identidade como algo essencial é o recurso ao discurso religioso, por meio do qual há uma espécie de desresponsabilização pelo modo como se está no mundo, visto que a Criação determinou que assim o fosse e, portanto, é imutável. A fala do participante traduz esse determinismo, essa resistência aos movimentos subversivos identitários, que retiram do indivíduo a capacidade de pensar outras possibilidades de estar no mundo, a partir de si e em relação ao outro.

O gênero é bom, como Deus fez, Ele fez tudo aqui... fez tudo certinho. Uma formiga ali, se ela serve pra alguma coisa, nós não sabemos, ela serve pra alguma coisa essa formiga, certo? E você não repara nela... nem nós sabemos pra que serve uma formiga, e que ela tem alguma coisa ela tem. Então é assim as coisas, tudo as coisas têm o seu lugar, e se mudar vai perder o gosto daquilo.

E é esse mundo em que as diferenças são, ilusoriamente bem determinadas, que os indivíduos se sentem seguros, pois conseguem determinar qual o lugar de onde estão falando. Quando essas fronteiras se despedaçam, não conseguindo reconhecer a diferença do outro como fator determinante, quando esses diferentes se mesclam na multidão é que surge a violência; segundo Bauman, “a violência é necessária para torná-las espetacularmente, inequivocamente, gritantemente diferentes” (BAUMAN, 2005, pp. 64-65).

A diferença, que está diretamente vinculada à construção da identidade, é criada por meio de sistemas simbólicos e modos de exclusão social, que sujeitam os indivíduos pelo discurso, fazendo com que assumam posições de identificação, “a identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (WOODWARD, 2007, p. 39).

A fala produzida no 5º. encontro elucidada, em partes, o que se pretende dizer a respeito de um não saber qual é o seu lugar a partir das novas configurações sociais. O participante não sabe dizer se o seu incômodo pela possibilidade de ser sustentado pela

mulher pode ser considerado machismo e se posiciona claramente quanto à confusão que isso causa “na cabeça da pessoa”:

Sustento da casa [...] ser sustentado pela mulher [...] não é sei lá, se poderia se chamar de machismo né [...] por mais intelectual [...] da alta sociedade né, uma pessoa que tenha uma formação, seja doutorado, né uma coisa assim, já é uma sei lá, assim uma gentileza do homem né [...] sustentar a casa e [...] dá uma bagunçada na cabeça da pessoa né...

Woodward (2007) afirma que é a partir da cultura que é possível significar o mundo, por meio de variados sistemas classificatórios, os quais são responsáveis pela marcação da diferença e, é por meio do consenso entre os indivíduos a respeito desses sistemas partilhados, que se mantém a ordem social, que os sujeitos podem encontrar um lugar do qual possam falar.

No 3º. encontro foram discutidas questões sobre responsabilização pela atitude, conflitos no relacionamento afetivo, percepções sobre a atuação da mulher, do homem e sua implicação na violência. Emerge na fala a seguir o sentimento de perda de poder diante de uma mulher, que hoje “é maior de idade”, ou seja, antes o lugar do homem era de uma autoridade patriarcal sobre alguém que estava no mesmo *status* que uma criança, que lhe devia obediência, a quem não era sequer autorizada a trabalhar.

Não, eu acho na minha opinião, eu acho que não existia muita prenhã porque a mulher, ela, o homem falava e ela obedecia né. E hoje não. Hoje ela é maior de idade. Antigamente a mulher nem trabalhar ela trabalhava, o homem não deixava ela trabalhar. Hoje não, hoje a mulher trabalha, hoje ela é faz as coisas, hoje ela tem carro, ela trabalha, ela consegue um carro, ela consegue as coisas. Então acho que se tornou mais independente, então ela não precisa tanto do homem como antes. Antes ela chegava e o homem dizia não é isso, tal coisa e isso que tá aqui.

É interessante destacar que, nessa fala, o reconhecimento do direito da mulher vem pelo viés da independência econômico-financeira e não pelo reconhecimento de direitos iguais aos do homem como ser humano. A partir daí, é possível pensar como se dá a questão da violência dentro de relações em que as mulheres, por opção, imposição ou circunstâncias, não tenham renda própria e se dediquem aos trabalhos domésticos.

Apesar de haver uma movimentação na aceitação das várias posições sociais que a mulher vem ocupando, ainda é possível identificar falas que representam o modelo patriarcal de que à mulher são reservadas as atividades do lar e do cuidado com a família, como emerge da fala de um participante no 6º. encontro: “[...] eu já não deixo minha mulher trabalhar por causa disso. [...] a casa tem que tá tudo limpo”.

Analisando o conceito de diferença e identidade, Silva (2007) assevera que ambos são indissociáveis, visto que somente é possível afirmar determinada identidade por negação implícita daquilo que é o diferente; assim, quando afirmo que sou brasileira, estou implicitamente negando tudo aquilo que não sou, não sou argentina, chilena, paraguaia, etc. O autor propõe que haja uma inversão na tendência que possuímos de pensar primeiramente nossa identidade positivamente, o que somos, para então estabelecermos a diferença, o que não somos, para considerarmos que a diferença não é o resultado de um processo, mas, sim, o próprio processo, pois é a partir dela que se produz a identidade (SILVA, 2007).

Essa inversão proposta por Silva (2007) se expressa na maneira como, no 12º encontro, o participante deixou clara a diferença existente entre a mulher que, em sua percepção, é mais fraca, cuja única defesa é chorar, enquanto que o homem não, ele é mais resistente. Ou seja, estabeleceu a identidade de homem forte e resistente a partir do outro/mulher e de sua suposta fraqueza: “Eu acho que a mulher, por ela ser mais fraca, a única defesa dela, ficou nervosa, é chorar. Agora o homem resiste mais”.

De acordo com Silva (2007), tanto a identidade quanto a diferença, por ser uma construção cultural, estão sempre submetidas às relações de poder, aos desejos dos diferentes grupos sociais responsáveis pela delimitação entre incluir, dando sentido de pertencimento, ou excluir, separar entre nós e eles, bons e maus, puros e impuros, desenvolvidos e primitivos, racionais e irracionais, normais e anormais.

A classificação e ordenação social não se estabelecem apenas nomeando “simples agrupamentos simétricos” (SILVA, 2007, p. 82), mas promovem hierarquias com base em relações de poder, atribuindo-se valores a esses agrupamentos na medida em que se estabelece que identidades serão normalizadas. Essa normalização consiste em atribuir características positivas à determinada identidade, a qual passa a ser considerada não como uma, mas como “a” identidade, cuja existência depende diretamente da marcação daquelas diferentes, que são consideradas anormais, indesejáveis e não naturais (SILVA, 2007).

Masculinidades, Gênero e Violência

O conceito de masculinidades hegemônicas, proposto por Connell-Messerchmidt (2013), é reformulado e reavaliado depois de duas décadas de sua criação e larga utilização nos anos 80 e 90, quando as pesquisas sobre homens surgem na academia.

La masculinidad hegemónica' no es un tipo de personalidad fija, siempre igual en todas partes. Se trata más bien de la masculinidad que ocupa la posición hegemónica en un modelo dado de las relaciones de género, posición que és siempre discutible (CONNEL, 2003, p. 116).

A busca pelo ideal de masculinidades hegemônicas, segundo Connel-Messerchmidt (2013), é permeada por pontos de tensão, visto que não se trata apenas de adotar uma prática discursiva, pois

relações de gênero também são constituídas por meio de práticas não discursivas, incluindo trabalho assalariado, violência, sexualidade, trabalho doméstico e cuidado com as crianças, assim como através de ações rotineiras não refletidas (CONNEL-MESSERCHMIDT, 2013, p. 258).

Apesar de a construção desses modelos de masculinidades hegemônicas possa não corresponder a uma existência real, servem como ideais, desejos a serem alcançados, modos de soluções acerca dos conflitos de gênero, às quais os homens podem se aproximar ou se afastar de acordo com suas práticas discursivas e histórias de vida (CONNEL-MESSERCHMIDT, 2013).

Nesse sentido, é possível articular a fala de um participante no 9º. encontro, o qual destaca o reconhecimento da diversidade das histórias de vida, das dificuldades e dos problemas que são silenciados e a impossibilidade de expressá-los como um fator motivador da violência. A utilização da expressão “guardando um vulcão, e uma hora tem que explodir isso aí” traz o simbolismo do poder destrutivo de afetos não expressados no momento adequado. Outro aspecto relevante que chama atenção nessa fala é o reconhecimento do ato discursivo como ação em potencial, pois o participante diz que, no momento em que você fala ou ameaça, é porque é capaz de realizar.

Todo mundo tem uma história diferente, todo mundo tem um problema, e não é feio se expor, às vezes a gente guarda muito problema pra gente e vira um, e tá guardando um vulcão, e uma hora tem que explodir isso aí, e é o que aconteceu comigo e com certeza aconteceu com muita gente, uma hora a pessoa parte pra agressão, pra violência e como o professor comentou de, de, de patrimônio né, de violência patrimonial né, vai envolver uma série de coisas, isso aí realmente ocorreu, que até chegou ao ponto de ameaçar [...] só o fato de falar isso aí é uma coisa grave, e levou ao conhecimento e não tem né, falou, se você falou pode cometer o fato né [...]

Essa imagem de algo prestes a explodir, a transbordar também foi trazida por Andrade (2014) em análise da fala de um participante de outro grupo reflexivo: “hoje eu percebo que às vezes me sinto como um copo cheio até a boca. A sensação é de que,

mais uma gota, tudo pode transbordar. Quando saio da reunião é como se o meu copo fosse esvaziado mais da metade” (ANDRADE, 2014, p. 201).

A fala de outro participante do grupo, produzida no 6º. encontro, exemplifica o que se diz, no tocante ao “preço” que a sociedade cobra dos homens que não se enquadram, em sua prática, nesse ideal de masculinidade:

[...] daí morreu o pai dele, um outro tio meu lá, eles foram [...] no velório, daí na hora assim escorreu uma lágrima né [...] o cara pegou e gravou eu chorando assim, filmou, e saiu no outro dia mostrando pra todo mundo lá: ó o chorão... bem assim.

Nesse relato o participante do grupo expõe a situação vexatória que sofreu porque foi filmado no momento da perda de um familiar, demonstrando tristeza por meio de lágrimas. É possível conjecturar até mesmo que, ao narrar o ocorrido para o grupo, num ambiente seguro, diante de outros homens, o participante tenha tentado diminuir o impacto que a notícia de ele ter chorado poderia causar nos demais ouvintes, quando disse que foi filmado porque “escorreu uma lágrima”. É possível pensar que, no momento do velório, sua tristeza se expressou por meio de algo mais que uma única lágrima, diante da dor da perda e da morte. Mesmo diante daquele momento extremo, esse homem foi cobrado em sua masculinidade, porque foi exposto “pra todo mundo” como um “chorão”.

Quando o participante fala “tranca o cara no banheiro”, é possível refletir que ele poderia estar se referindo à ação de outro homem nesse momento de fragilidade. É como se essa vulnerabilidade fosse algo para ser vivenciado longe dos olhos dos outros, de forma privada, de modo a não macular o ideal de masculinidade perseguido, nem que para isso fosse necessário um movimento externo violento, o de “trancar”, furtando desse homem a vontade de chorar em público: “Tranca o cara no banheiro e coloca tudo o que você quer chorar pra fora ali, depois dá uma enxugada nos olhos e sai pra fora”

Qual seria o comportamento de um homem “de verdade” numa situação como a relatada? E o que isso tem a ver com a violência contra a mulher? Para embasar as reflexões sobre essas questões, retoma-se o conceito de masculinidades hegemônicas como um padrão de comportamento que dita regras ao homem, desconsiderando-se que o gênero é uma construção social volátil e variável no espaço e no tempo, esperando-se dele que aja sempre de forma a reforçar sua força, virilidade, valentia, o que é construído e reforçado por meio de discursos heteronormativos e patriarcais (BEIRAS et al, 2012).

Segundo Scott (1995), uma das significações do termo gênero, como construção social do que é adequado a homens e mulheres, é utilizada para afastar qualquer tipo de biologização na explicação das relações sociais entre os sexos, como, por exemplo, a fundamentada no fato de as mulheres engravidarem e de que os homens são mais fortes fisicamente. A autora refere também que outro aspecto dessa categoria é sua utilização para pensar que os estudos sobre as mulheres estão implicados no estudo dos homens, pois só há a construção social do masculino a partir do referencial feminino e vice-versa.

É nesse sentido relacional que Scott (1995) concebe o conceito de gênero como constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e como uma forma de significar as relações de poder. Para Connel (2003, p. 109), “el género es una práctica social que se refiere constantemente a los cuerpos y a los que éstos hacen; no es una práctica social que se reduzca unicamente al cuerpo”.

Essa prática social dos corpos, que não se reduz apenas ao que eles são, mas ao que eles fazem, articula-se com o que diz Butler (2013) ao mencionar que visões que essencializam o sujeito a partir do sexo, na verdade, são estratégias que escondem o verdadeiro caráter performativo do gênero, e não expressivo, e que, por isso, podem fugir à regra da dominação masculina ou heterossexualidade obrigatória.

Portanto, em não havendo fixidez do gênero aos corpos e considerando esse aspecto relacional e de prática social é que o trabalho de enfrentamento da violência contra a mulher, para atingir sua amplitude e complexidade, deve contemplar o estudo das masculinidades e os mecanismos históricos e culturais que permeiam esse fenômeno.

A violência é institucionalizada e, portanto, merece outro tratamento que não o da patologização, conforme afirma Carlos Eduardo Zuma, um dos psicólogos responsáveis pelo Instituto Noos (ZUMA, 2010).

Um dos facilitadores de um grupo existente na Ciudad del México, Roberto Gardas Salas, refere que esse trabalho realizado com homens deve estar em estreito contato com os estudos feministas e sua base teórica, pois ao se trabalhar com homens a aliança que se faz é com as mulheres,

los grupos se tienen que abrir a los movimientos feministas y que ellas puedan observarnos, puedan retroalimentarnos. O sea, los grupos no pueden ser cerrados, no puedes hacer de eso un privilegio, tienes que devir y rendir cuentas. (SALAS, 2010, p. 69).

Não se pode deixar de discutir que esse poder não diz respeito apenas ao modo de como os homens aprendem subjetivamente a se relacionar com a feminilidade, mas

também de todo um sistema que fomenta, exalta, valoriza a masculinidade hegemônica de forma institucionalizada, por meio da violência, da exposição ao ridículo e da intimidação (CONNELL, 2003).

Por outro lado, é necessário refletir em que medida as mulheres também reproduzem essa dominação e se submetem a ela, ainda que de modo inconsciente (BORDIEU, 2010). Isso porque essa circunstância é moldada por meio de várias instituições: a mídia e seus ideais de feminilidade, novelas, propagandas, etc., da divisão sexual do trabalho, das profissões e cargos que mulheres e homens teriam “maior capacidade” de exercício, dos brinquedos que tocam a meninos e meninas, a divisão nos esportes desde a escola, religiões, etc.

Muito embora essa divisão sexual dos lugares sociais esteja sendo questionada pelas novas gerações, surgindo nos meios de comunicação cada vez mais identidades que mesclam “características historicamente atribuídas a hombres y otras tradicionalmente vinculadas a mujeres” (BEIRAS, 2012, p. 48), foi possível perceber que no grupo estudado de homens autores de violência, o posicionamento acerca de identidades fixas e rígidas é ainda muito marcante.

A autoridade patriarcal e a submissão da mulher impostas pela sociedade, em que as atividades públicas, honradas, corajosas, dignas de mérito pertencem ao masculino, enquanto as atividades vulgares, do cotidiano, da economia doméstica, da limpeza do sujo relacionado ao privado está sob a responsabilidade do feminino (BORDIEU, 2010), fica bem delineada em outra fala emergente no 6º. encontro, por meio da qual o participante se coloca na posição de dominante quando expressa que não deixa a mulher trabalhar porque, em sua concepção, é dever dela deixar a casa limpa: “[...] eu já não deixo minha mulher trabalhar por causa disso [...] a casa tem que tá tudo limpo”.

Segundo Connell (2003), a manutenção desse poder em um sistema de dominação implica na utilização de violência. E essa violência é, ao mesmo tempo, denunciadora da imperfeição desse sistema, pois, caso fosse legitimado, não teria tanta necessidade de intimidação (CONNELL, 2003).

O mesmo raciocínio é defendido por Beiras (2012), para quem o exercício da masculinidade hegemônica não prescinde da utilização e da naturalização da violência para assegurar a manutenção do poder do homem sobre a mulher.

Para Antezana (2012, p. 17) a violência é um fenômeno multifacetado, influenciado por práticas sociais, econômicas, políticas e jurídicas “que inclui uma série

de violências simbólicas e estruturais que constituem e conformam a ordem social em si mesma, sustentando a chamada ‘realidade’, que acontece como algo normal e cotidiano”. Segundo o autor, a partir do entendimento de que a violência é fomentada dentro de uma estrutura social que estimula a “concorrência, imediatismo, consumismo, hedonismo, individualismo, etc” (ANTEZANA, 2012, p. 17), na qual todos e todas estão inseridos, é possível a ruptura da “demonização” (ANTEZANA, 2012, p. 17) da violência e da divisão maniqueísta entre bons e maus.

Para Heleieth Saffioti, a violência é a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17). Na mesma linha de raciocínio estabelece o artigo 5º da Lei Maria da Penha, com o acréscimo da modalidade de violência patrimonial: “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

Outro tipo de violência contra a mulher que é praticada frequentemente, não só na relação afetiva, mas no trabalho, na mídia, etc., é a simbólica (BORDIEU, 2010), que é aquela que submete a mulher, de maneira naturalizada, à dominação, ou seja, faz com que ela acredite que ser submissa ao homem é natural, por motivos de sua própria condição. Isso ocorre, por exemplo, quando se diz que a mulher é mais fraca, ou então, que a mulher é louca, desequilibrada, especialmente se ela expõe sentimentos de raiva, de oposição, de discordância, que são expressões afetas às masculinidades e seu papel ativo e não condizentes com a passividade que se espera do feminino.

A fixidez de identidades, como homem/forte, mulher/fraca e outros binarismos, deve ser desconstruída nas atividades desses grupos, a fim de que se possa pensar na mudança das atitudes violentas desses homens e o movimento para outras identidades masculinas, para além do padrão hegemônico e heteronormativo. Esse padrão, que autoriza ao homem agir numa perspectiva hierárquica de poder em relação à mulher e que associa virilidade à agressividade impedindo, por exemplo, que eles aprendam como exercitar as suas emoções, certamente, se demonstra libertador tanto para as mulheres quanto para os próprios homens. Isso porque a busca pela identidade masculina hegemônica também causa sofrimento a eles, na medida em que a grande maioria dos homens, individual ou identificados em grupos, não correspondem a esse padrão, sendo discriminados e punidos socialmente por isso.

No recorte do relato seguinte, produzido no 4º. encontro, o participante expõe o sentimento de inferioridade quando é comparado com outros homens, principalmente em se tratando da questão financeira. É importante ressaltar que essa cobrança por um alcance de um padrão de homem provedor, nesse caso, acontece a partir da própria companheira que, no relato do participante, cobra que ele seja “mais homem”, como se a vulnerabilidade financeira interferisse diretamente em sua masculinidade:

[...] você já não é, num é, já tem seus problema né e às vezes a gente dá uma maquiada nos problema, ... mas quando vem o financeiro que, que praticamente dá uma fechada nas porta, aperta bastante sabe daí a comparação porque é, puxa o marido da vizinha esse sim é ó ... sai toma um café aí e tal ... sabe e é complicado sabe ... a comparação existe ... e a discussão existe né quando a pessoa chega, a mulher chega ó quer e se não é por mim faça pelos filho aí, seja mais homem no caso.

Reprimindo sentimentos de vulnerabilidades, a única via de expressão que encontram para eles, sem que sejam e que se sintam feminilizados, é a agressividade e a raiva, que podem se expressar por meio de violência contra a parceira, filhos e demais pessoas do convívio.

Padilha (2010) assevera que é provável que os homens neguem tanto esses sentimentos a si mesmos ao ponto de não conseguirem reconhecer esses sentimentos na sua parceira ou em outras pessoas. Esse fato impossibilitaria o exercício da empatia, fundamental para que as relações humanas sejam construídas num laço amoroso de afetividade. Essa repressão resulta de um processo histórico e cultural, que faz vítima as mulheres e os próprios homens que são impedidos de vivenciar seus sentimentos, nomeando e ressignificando as suas experiências para além da identificação com a raiva e a agressividade, sem que temam serem ridicularizados ou feminilizados (PADILHA, 2010).

Segundo os autores Lattanzo e Barbosa (2013), a identidade masculina é constituída como uma armadura, dentro de uma matriz binária de sexo-gênero, que se nega a se abrir para a alteridade, para a penetração do outro, e isso se dá desde sua constituição como uma negação à passividade; ser masculino é ser ativo, daí a importância de que nos trabalhos de grupos de homens “se procurem as brechas nas identidades, as quais permitam que as intervenções realizadas possam de fato afetar os receptores” (LATTANZO; BARBOSA, 2013, p. 98).

CONCLUSÃO

Os mecanismos e possibilidades dos estudos da linguagem e do discurso podem auxiliar na construção e circulação de outras identidades masculinas, considerando-se a existência de diversos espaços de subjetivação dos seres humanos e estes como atos de criação linguística, ou seja, de que não são frutos da natureza à disposição de serem simplesmente revelados, mas, também, (re)identificados, “ao mesmo tempo, titulares da masculinidade hegemônica não são necessariamente ‘entorpecidos culturais’, eles podem tentar ativamente modernizar as relações de gênero e remodelar as masculinidades como parte de contratos” (CONNEL, 2013, pp. 271-272).

Isso porque a linguagem, que nos constitui como sujeitos, é uma estrutura que não é fixa, que balança em razão do adiamento do seu significado vinculado às diferenças (SILVA, 2007).

Percebendo essa possibilidade de oscilação na produção da identidade, que se dá por meio da linguagem, é que se situa a justificativa da importância da análise da construção de outros discursos que possibilitem o exercício de formas diversas de masculinidades, pois “o poder que o discurso tem de ‘nomear e fazer’ ou ‘nomear fazendo’, permite que o dito tenha uma dupla dimensão, considerando que as realidades são narradas, mas, também, são criadas com o discurso” (CASTILLO; ABRIL, 2008, p. 171).

O estudo voltado às masculinidades não se restringe à análise dos signos e significados culturais que revestem o masculino, mas também apresentam a identificação dos preconceitos e estereótipos e possibilitam suas ressignificações, “situa-se, portanto, nos usos e efeitos que orientam os jogos de discursos e práticas, ou mais precisamente práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade” (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 826).

É possível refletir, a partir dos estudos articulados às falas dos participantes do grupo, que a identidade de gênero masculina, forjada dentro de um padrão hegemônico de virilidade, de comprovação constante de superação em vários aspectos da vida, de demonstração de coragem, de ausência de medo e fraqueza, é imposta aos homens, na grande maioria das vezes, de forma violenta. A repressão a qualquer demonstração de vulnerabilidade vem por meio da ridicularização, da estigmatização, da sua equiparação ao gênero feminino ou ao homem *gay*, o que é considerado um desmerecimento.

Essa violência, inicialmente imposta pela sociedade, acaba por se integrar ao modo performático de ser homem. Uma violência imposta a si e, posteriormente, aos outros. Um fenômeno que acaba extravasando para as relações íntimas com suas

parceiras, seus filhos e demais relações. Uma construção que veio atender às necessidades históricas e sociais, como, por exemplo, em épocas de guerra, mas que não atende mais aos anseios de uma sociedade igualitária, plúrima, de respeito às várias expressões e performances de ser e estar no mundo, que busca formas alternativas e pacíficas de solução dos conflitos.

REFERÊNCIAS

ANTEZANA, A.P. Intervenções com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 9-27, Abr. 2012. Disponível em: <http://revistanps.com.br/index.php/nps/article/view/121>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ANDRADE, L.F. Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para a masculinidade. In.: BLAY, E. A. *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 174-209. Disponível em: http://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/Feminismos_e_masculinidades-WEB-travado-otimizado.pdf. Acesso em: 12 ago. 2015.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BEIRAS, A. et al. Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 2012 p. 36-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/05.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BEIRAS, A. *La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas*. 2012, 378f. Tese (Doutorado em psicologia social). Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona. 2012. Disponível em: <http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/117621/ab1de1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

BORDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismos e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTILLO, S.S.; ABRIL, N. G. P. Colômbia: invisibilidade e exclusão. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). *Racismo e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 159-202.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem. [online]*. 2013, vol.21, n.1, pp. 241-282.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em: 14 jul. 2016.

CONNEL, R. W. *Masculinidades*. Traducción Irene M.A. Artigas. Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In.: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2007. pp.103-133.

LATTANZIO, F. F.; BARBOSA, R. R. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In.: LEITE, F.; LOPES, P. V. L. (orgs). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: ISER. 2013. p. 87-105. Disponível em: http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf. Acesso em: 03 abr 2016.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2016.

PADILHA, M.A.R. Entrevista concedida a Danilo de Assis Clímaco. In.: TONELI, M. J. F. (Org.) *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. p. 95-131.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALAS, R. O. G. Entrevista concedida a Adriano Beiras, em Ciudad del México, DF. México, em junho de 2006. In.: TONELI, M. J. F. (Org) *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. p. 63-83.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995, p. 71-99.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In.: SILVA, T. T. (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7ª ed Rio de Janeiro: Vozes. 2007. p. 73-102.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 7-72.

ZUMA, C. E. Entrevista realizada por Adriano Beiras em abril de 2006, no Rio de Janeiro. In.: TONELI, M. J. F. (Org.) *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. p. 51-61.